



City Research Online

City, University of London Institutional Repository

Citation: Riesco, M. L. G., Tsunehiro, M. A., Mott, M. L. and Leister, N. (2011). From pride to resignation: education and practice of midwives graduated at the Universidade de São Paulo. *Cadernos de História da Ciência - Instituto Butantan*, VII(2), pp. 9-24.

This is the accepted version of the paper.

This version of the publication may differ from the final published version.

Permanent repository link: <https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/24504/>

Link to published version:

Copyright and reuse: City Research Online aims to make research outputs of City, University of London available to a wider audience. Copyright and Moral Rights remain with the author(s) and/or copyright holders. URLs from City Research Online may be freely distributed and linked to.

City Research Online:

<http://openaccess.city.ac.uk/>

publications@city.ac.uk

Do orgulho à resignação: educação e atuação profissional de obstetrizes formadas pela Universidade de São Paulo¹

From pride to resignation: education and practice of midwives graduated at the Universidade de São Paulo

Maria Luiza Gonzalez Riesco²
Maria Alice Tsunehiro³
Maria Lucia Mott⁴
Nathalie Leister⁵

Resumo: Estudo de natureza qualitativa, na vertente da História Oral. O objetivo foi descrever e analisar a educação e atuação profissional de obstetrizes formadas pela Universidade de São Paulo, até 1970. As fontes orais foram entrevistas realizadas com dez obstetrizes, em 2000 e 2001. As exigências para ingresso no curso foram crescentes e suas características do indicam rigidez pedagógica, rigor disciplinar, carga didática volumosa, valorização do ensino prático e dedicação docente. As relações entre alunas, professores e profissionais refletem a hierarquia estabelecida nos serviços de saúde. As obstetrizes atuaram, principalmente, na assistência à mulher no parto, em serviços privados, filantrópicos e da rede pública, incluindo o Serviço Obstétrico Domiciliar. A partir dos anos de 1970, sofreram um processo de exclusão da assistência ao parto, sendo substituídas por médicos. Os discursos revelam um encantamento com a profissão, que sobrevive ao sentimento de resignação pela “quase extinção” das obstetrizes, em São Paulo.

Palavras-chave: Enfermagem Obstétrica. Obstetrícia. História. Educação. Prática Profissional.

Abstract: *This is a qualitative study, based on the Oral History approach. The aim*

¹ Extraído da tese de livre-docência (Riesco, 2008). Apresentado como comunicação oral no VI Congresso Brasileiro de Enfermagem Obstétrica e Neonatal, em 2009.

² Enfermeira Obstétrica. Livre-docente. Professora Associada do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica da Escola de Enfermagem da USP. Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419, São Paulo (SP) – CEP 05447-060. Contato: riesco@usp.br

³ Enfermeira Obstétrica. Doutora em Enfermagem. Professora Doutora do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica da Escola de Enfermagem da USP. Contato: tamnami@usp.br

⁴ Historiadora. Doutora em História Social. Pesquisadora do Instituto Butantan.

⁵ Obstetriz. Mestre em Ciências. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da USP. Contato: natyly@usp.br

was to describe and analyze the education and practice of midwives graduated by the Universidade de São Paulo, until 1970. Oral resources were interviews with ten midwives, conducted between 2000 and 2001. Requirements for application were increasing along years. Characteristics of the course indicate pedagogical rigidity, strict disciplinary, vast didactic load, importance of practical learning and dedication of professors and instructors. Midwives professional practice consisted mainly in the care given during delivery at several private and some public hospitals and maternities, including the Home Obstetric Service. After 1970s, the midwives and nurse-midwives were being excluded from birth care and substituted by doctors. These testimonies reveal an enchantment by the profession that survives despite the feeling of resignation due to the “almost extinction” of midwives, in São Paulo.

Keywords: *Midwifery. Obstetrics. History. Education. Professional Practice.*

Introdução

A visão do parto como um evento cultural é recente. Com a crescente medicalização do parto desde o final do século XIX e por quase um século, o nascimento interessou basicamente aos médicos, que foram por muito tempo seus principais porta-vozes. Nos últimos 40 anos, profissionais de diferentes áreas, com destaque para ciências humanas e sociais, incluíram o tema em suas agendas, analisando em diferentes tempos históricos e contextos as práticas em torno do nascimento. Porém, o foco dessas pesquisas tem se voltado para as parteiras tradicionais que ainda atuam em diferentes regiões do país. Vistas como guardiãs de um saber feminino “genuíno”, essas mulheres têm centralizado as atenções dos pesquisadores, que buscam resgatar suas práticas e registrar suas vidas (Tornquist, 2006).

Por sua vez, as trajetórias profissionais e histórias de vida das parteiras diplomadas, denominadas obstetizas, têm motivado poucos estudos. Estas trabalhadoras da Saúde tiveram participação ativa na vida social brasileira, sobretudo nas cidades desde o século XIX. A análise das matérias e anúncios de jornais e almanaques informa que, diferentemente da associação à falta de qualidade, ignorância e conservadorismo, largamente difundidos pela literatura médica brasileira, as parteiras diplomadas rapidamente incorporaram inovações, foram agentes de civilização e de modernidade. Indica também que muitas parteiras nacionais e estrangeiras tiveram credibilidade social, carreiras sólidas, sucesso profissional, permanecendo na profissão ao longo de suas vidas, não raro, exerceram por mais de 30 anos e prestaram importantes serviços para a população das diferentes camadas sociais. Antecedendo inclusive as professoras e as enfermeiras, foi o primeiro grupo

profissional feminino a receber educação formal. As primeiras escolas de parteiras no Brasil foram criadas no Rio de Janeiro e na Bahia, em 1832, e em São Paulo, assim como em vários estados brasileiros, nas primeiras décadas do século XX.

As escolas de parteiras, ligadas às clínicas obstétricas das faculdades de medicina e dirigidas por médicos, propiciavam uma formação específica, tinham currículo próprio voltado para a capacitação de profissionais para atender as mulheres durante a gestação, parto normal e puerpério e ministrar os primeiros cuidados aos recém-nascidos. Formavam uma profissional capaz de atender o parto normal de forma independente, sem necessitar a presença de um médico, seja no domicílio ou no hospital.

Porém, ao longo do século passado, as parteiras profissionais e não profissionais foram perdendo lugar como agentes que auxiliam as mulheres a dar à luz. As parteiras profissionais diplomadas no Brasil desde o século XIX, que atuavam de forma autônoma e independente ou como funcionárias dos serviços de saúde, passaram por um processo gradativo de dizimação e desqualificação. Esse processo culminou com a extinção dos cursos de formação de parteiras ou obstetrizas, vinculados às escolas médicas. Na década de 1970, as escolas de enfermagem receberam a incumbência legal e social de formar enfermeiras obstétricas, em substituição à graduação de obstetrizas sem titulação prévia de enfermeira.

No presente momento, o interesse em aprofundar e atualizar o tema assume importância ainda maior, considerando que em 2005, a Universidade de São Paulo (USP) reiniciou, no Brasil, o ensino da Obstetrícia, de forma independente dos cursos de Enfermagem e Medicina. Desse modo, com a criação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), anualmente, ingressam 60 alunos no Curso de Obstetrícia e a primeira turma de obstetrizas foi formada em 2008, mais de 25 anos após a extinção do último curso similar no país. Desde 1972, quando este ensino coube exclusivamente às escolas de enfermagem, essa foi a principal modificação introduzida na formação e titulação de profissionais não-médicos para a assistência ao parto.

Assim, o objetivo deste estudo foi descrever e analisar a educação e atuação profissional de obstetrizas formadas pela Universidade de São Paulo, a partir da década de 1940, que exerceram a profissão na cidade de São Paulo.

Método

O presente estudo tem como base o projeto denominado “Lembranças do Nascimento: as parteiras e o atendimento ao parto na cidade de São Paulo (1930-1980)”, cujo objetivo é produzir e disponibilizar fontes das parteiras, obstetrizas e enfermeiras obstétricas e do atendimento ao parto na cidade de São Paulo, no período de 1930 a 1980.

Trata-se de estudo de natureza qualitativa, com abordagem histórica. Do ponto de vista do método, a principal aproximação teórica dessa pesquisa é feita pela História Oral (HO).

Meihy (2005) distingue a HO de vida da HO temática. No primeiro gênero, estão incluídas as longas narrativas, ou narrativas em profundidade, sobre o processo vivencial de uma pessoa, enquanto que a HO temática visa à abordagem objetiva de um assunto e, na maioria das vezes, articula diálogos com outros documentos. Esta última é a vertente seguida neste estudo.

Os documentos utilizados nesta pesquisa consistem em depoimentos gravados e transcritos. Esses depoimentos foram obtidos por meio de entrevistas realizadas no período de 2000 e 2001. Os critérios utilizados para a inclusão dos dez depoimentos foram ser obstetritz formada pela USP e ter atuado na cidade de São Paulo (Quadro 1).

Quadro 1. Obstettrizes incluídas no estudo, ano de formatura e idade estimada da entrevistada no ano da formatura. São Paulo, agosto de 2008.

OBSTETRIZ	Formatura	
	Ano	Idade (anos)
1. Chiarina Barbastefano [Gragnano]	1953	23
2. Maria Augusta de Freitas	1970	21
3. Maria Lutfi	1953	21
4. Maria Nakashima	1971	23
5. Mieko Teruda [Nakamura]	1972	22
6. Paulina Borrelli [Kurcgant]	1964	22
7. Raquel Franchini	1969	20
8. Seiko Magario [de Souza Castro]	1941	21
9. Yara Rodrigues	1959	25
10. Zuleika de Oliveira Lima [Kaup]	1970	23

Para analisar os depoimentos, foi adotada a análise de conteúdo temática. Nesse processo de análise surgem confirmações, negações, novos dados e novas maneiras de focar a realidade, que são interpretados tendo como pano de fundo o contexto social mais amplo no qual os fatos ocorreram (VonSimson, 2007).

As entrevistas foram realizadas mediante o consentimento livre e esclarecido das entrevistadas. Obedecendo às normas vigentes, o projeto “Lembranças do Nascimento: as parteiras e o atendimento ao parto na cidade de São Paulo (1930-

1980)” foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da USP (EEUSP) (Processo n.º 573/200/CEP-EEUSP).

Resultados

A Formação Profissional

Das dez obstetrices entrevistadas, quatro ingressaram no curso entre os anos de 1940 e 1957 e seis, entre os anos de 1962 e 1970. No primeiro período referido, a denominação era *Curso de Enfermagem Obstétrica* (título de Parteira e Enfermeira Obstétrica) e no período seguinte, *Curso de Obstetrícia* (título de Obstetriz). Na época do ingresso, todas eram muito jovens, com idade variando entre 17 e 22 anos. Sete entrevistadas eram da cidade de São Paulo e três do interior do Estado; oito eram casadas, separadas ou viúvas e cinco tinham filhos.

A partir de 1962, para ingresso no curso, a escola passou exigir das candidatas o secundário completo e aprovação em exame vestibular. Pelas entrevistas, verifica-se que, das quatro obstetrices que ingressaram antes daquele ano, duas possuíam escolaridade equivalente ao secundário. Duas obstetrices disseram que desejavam estudar medicina e uma queria fazer odontologia; para as demais, o Curso de Obstetrícia foi a primeira e única opção.

As falas a seguir referem-se à escolha profissional e exemplificam como esta escolha foi vista pela família.

Meu intuito era fazer medicina. A seleção era muito difícil; eu não entrei. Aí, eu fiquei sabendo que tinha o curso de obstetrícia, lá na USP. Não era um curso que eu queria, mesmo! Mas, lá no fim, me envolvi tanto, gostei e acabei ficando. Meus pais, minha mãe, principalmente, não queria bem isso. Ela queria que eu fizesse medicina. [Chiarina].

Eu, já no ginásio, queria ser parteira. Quando eu entrei no colegial, eu falei que queria ser parteira. E meu pai disse, todo animado: “ah! Ela quer ser levatrice”. (...) Então, vim aqui no Hospital das Clínicas, no décimo andar, me informar. Eu já sabia onde eu queria entrar! (...) Eu queria assistir o parto, eu queria cuidar do nascimento, era isso o que eu queria. Eu sentia uma coisa, que até hoje eu sinto isso. Mesmo que eu veja em um filme, eu fico muito emocionada no nascimento. Eu sou uma pessoa que tem um élan de vida. Acho que foi por isso que eu escolhi essa profissão. E nunca teve ninguém na família contra. [Paulina].

Dentre as questões incluídas no roteiro de entrevista, foram solicitadas informações referentes ao curso frequentado. Embora os detalhes sobre as disciplinas, carga horária e funcionamento do curso tenham sido pouco explorados, as entrevistadas fizeram relatos muito ricos sobre as experiências discentes, os professores e o uniforme usado. A seguir, são apresentadas as falas relativas ao currículo e à escola:

O curso era todo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Não era um curso ligado à Escola de Enfermagem. Nós tínhamos a Escola de Enfermagem e a Escola de Obstetrícia. Os dois cursos tinham três anos, e assim que você terminasse, você poderia fazer, de um lado ou do outro, o quarto ano para complementação. Então, você poderia ser obstetrix e fazer o quarto ano de enfermagem, ou ser enfermeira e fazer o quarto ano para enfermeira obstétrica. A carga horária era das sete horas da manhã às dezessete horas, com uma hora de almoço. Nunca nós tivemos uma brecha, um professor faltando, nada do que acontece hoje em dia. O custo era zero. Deixe-me lembrar das matérias: anatomia, fisiologia, parasitologia, farmacologia, psicologia, enfermagem geral, MI, médico-cirúrgica, administração. Depois, tinha as específicas. Nós, até queríamos alguma coisa a mais do que a gente já estava vendo, algumas novidades; uma área toda de genética se abrindo, e nós gostaríamos que estivesse no curso. E o que tinha, que distinguia o profissional de hoje, é o estágio nas várias clínicas, mas já dirigido para o objetivo da obstetrícia. O número de partos que deviam ser assistidos era 50 partos, certinho. Quando nós entramos na obstetrícia, existia um uniforme listradinho, com um aventalzinho na frente e uma touquinha. Talvez na época fosse uma coisa bonita, para nós ela era ridícula! Tinha uma bendita de uma festa da touca, em que o terceiro ano da escola entregava para o segundo, a touca e o Pinard, que era o símbolo da escola, da profissão. Então, o que é que nós tínhamos que fazer? Em primeiro lugar, nós tínhamos que nos livrar daquele uniforme. Nós combinamos que a gente ia mudar o uniforme. Nós desenhamos um tubinho, cada uma fez o seu. Mas, tinha a touca ainda. Tinha que esperar a festa da touca, para receber. Que é que nós fizemos? Nós fizemos de conta que não tinha a festa, e cada vez que se falava da festa, a gente desviava, falava em outra coisa. E não teve a festa da touca, e a touca acabou. Nós ficamos de uniforme branco, e sem a touca! Eu soube que foi um movimento que acabou recebendo adesão das outras. Logo depois, a enfermagem da USP tirou, um ano depois, o Rio de Janeiro tirou. Ficou todo mundo sem touca! Só que eu vim para cá [na Pro Matre], usar touca, viu? Usei quinze anos! Castigo! [risos]. [Maria Augusta].

O curso era de três anos, sendo o bloco teórico com 2.661 horas-aula e os estágios com 2.028 horas-aula, num total de 4.689 horas-aula. O número mínimo de partos era sessenta. Mas, quase todas as alunas, que eram vinte por turma, faziam o dobro. As aulas teóricas eram ministradas por médicos e por algumas obstetrixes. Convém dizer que até 1962, a Escola de Obstetrícia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo não era de nível universitário. Os profissionais eram de nível técnico, embora fosse uma excelente escola. A partir de 63, foi reconhecida pelo MEC como faculdade. Houve uma reestruturação no currículo e a escola ficou melhor ainda. O nosso estágio era acompanhado por obstetrixes e, raramente, por médicos. Quando a minha turma entrou na escola, havia um uniforme que a gente achava muito feio. Era um avental xadrezinho e por cima tinha um avental branco, e uma touquinha branca. O uniforme mais parecia de uma copeira. Então, nós resolvemos fazer um levante e mudar o nosso uniforme. Conseguimos fazer com que a gente usasse um vestidinho branco, muito bonitinho, bem fechado, com a manga até o coto-

velo, com o nosso nome bordado no próprio uniforme. E, nós resolvemos tirar a touca. E conseguimos fazer essa revolução. As alunas do segundo e do terceiro ano gostaram muito, porque quando mudou o uniforme do primeiro ano, as do segundo e do terceiro mudaram também. [Zuleika].

A Trajetória Profissional

A entrada da obstetiz mais antiga deste estudo no mercado de trabalho ocorreu na década 1940. As demais entrevistadas exerceram a profissão, em São Paulo, entre 1954 e o início da década de 2000. Nesse intervalo de tempo, superior a 50 anos, ocorreram profundas mudanças no sistema de saúde, no modelo de assistência ao parto e na formação, inserção e atuação dos profissionais.

As falas das entrevistadas abordam aspectos do trabalho realizado junto às mulheres e da relação com as colegas, médicos e enfermeiras no exercício profissional. Algumas fizeram considerações sobre o salário recebido, as condições de trabalho, as mudanças ocorridas e o futuro da profissão.

Todas, sem exceção, relataram que foi muito fácil obter seu primeiro emprego como obstetiz; foram imediatamente absorvidas pelas maternidades e hospitais paulistanos. A maioria exerceu a profissão de modo ininterrupto. Aquelas que interromperam o trabalho como obstetiz, dedicaram-se temporariamente a atividades na família e retornaram à profissão. À época da entrevista, as obstetizes Chiarina, Seiko e Yara estavam aposentadas e as demais continuavam trabalhando. Várias entrevistadas relatam mais de um emprego concomitante, conciliando jornadas de trabalho diurno e noturno, em instituições públicas e privadas.

É muito interessante identificar as diversas instituições onde as obstetizes atuaram. A Pro Matre Paulista foi a principal empregadora deste grupo, pois cinco obstetizes passaram por seu quadro funcional; algumas, por longos anos, até a aposentadoria. Pela diversidade de instituições empregadoras e pelo tipo de atividade descrita, observa-se que a obstetiz, embora restrita em termos numéricos, foi uma profissional disseminada e muito presente na cidade de São Paulo.

Vale destacar que algumas das instituições mencionadas pelas entrevistadas encerraram suas atividades, mudaram de denominação ou não possuem, atualmente, leitos obstétricos. Outro destaque importante é a participação de três obstetizes no antigo Serviço Obstétrico Domiciliar (SOD), vinculado ao Governo do Estado de São Paulo, durante as décadas de 1950 e 1960.

Os trechos das entrevistas apresentados a seguir referem-se à atuação profissional das obstetizes:

Logo que me formei, comecei a trabalhar no saudoso Matarazzo. Foi o primeiro hospital em que fui. Trabalhei seis anos. Porém, a pedido insistente do

meu pai... a minha irmã mais velha, que era contadora e o ajudava no trabalho, casou-se. Fui ajudá-lo, ficando praticamente nove anos sem trabalhar... sempre estudando fazendo cursos de atualização e pós-graduação, porque eu pretendia retornar, como retornei. No Matarazzo, era obstetrix e atendia também a parte de neonatologia, no berçário. Éramos duas obstetrizes. Eu ficava com Anna Kpstiukoff. Atendíamos pacientes de níveis sociais bem diferentes. No trabalho de parto, elas eram ativas, não ficavam na cama, tomavam banho, comiam dieta leve. Eu não fazia muito toque, controlava o trabalho de parto por dinâmica uterina e pelas condições da paciente. (...) Fiquei como obstetrix no Pronto Socorro Municipal de São Miguel. Não tinha competição entre nós e os médicos, quando eles queriam faziam os partos, eles eram os donos. A gente fazia os partos, porque eles pediam para que fizéssemos. Como está se fazendo muitas cesáreas, escasseou o trabalho de parto e parto normal. Mas, eu nunca deixei de fazer, por princípio, o que a gente aprendeu. Porque, novidades não superavam o que a gente tinha como conhecimento e prática. Enfermeiras obstétricas, valorizem a profissão que tem em mãos, observando e dando o devido cuidado que ela merece. E sucesso! (...) Ainda não me aposentei, porque fiquei muito tempo sem trabalhar. Estou esperando atingir a idade, que não está muito longe. [Maria Lutfi].

Foi fácil arrumar emprego. Trabalhei no Hospital São Luís, Hospital Nove de Julho, em 1974, Hospital São Paulo, Hospital Santa Marcelina de Itaquera, Amparo Maternal, Casa do Parto de Sapopemba e Hospital Santa Marcelina do Itaim Paulista. Fazia admissão, controle do trabalho de parto e parto. (...) Quando eu me formei, a assistência ao parto era muito medicalizada e institucionalizada. Agora, estamos trabalhando com o parto humanizado, onde se procura trabalhar o parto natural. (...) Tenho interesse pelas mudanças. Então, você vê que hoje em dia, se você não mudar a sua cabeça e o seu jeito de trabalhar, você acaba sendo excluída do grupo. (...) E a minha experiência, a troca de experiências com colegas, com o pessoal que veio do Japão, da JICA, da Inglaterra, e fomos experimentando com as próprias colegas, fomos trocando experiências. (...) Eu sempre trabalhei em equipe com os médicos. É como hoje. Eu sempre trabalho em equipe. Nós, que trabalhamos em hospital, trabalhamos em equipe. Assim, não tenho problema de relacionamento. O número de médicos aumentou muito; então, aqui em São Paulo, a enfermeira acabou perdendo o espaço. E, também, a escola não investiu. Acho que a minha turma foi uma das últimas da Escola de Obstetrícia, que ficou na Escola de Enfermagem. Eu acho que foi por a escola não ter investido na enfermagem obstétrica e, com o aumento do número de médicos, acabou perdendo-se o espaço. (...) Estamos nesta fase de transição. Ainda falta muito. O que a obstetrix faz, a enfermeira obstétrica é capaz de fazer. Não tem diferença. É a mesma função, só muda o modo de você chamar, obstetrix ou enfermeira obstétrica. Não tem diferença. Estamos no caminho certo. A briga ainda vai ser grande, mas acho que vamos vencer. Eu poderia estar numa posição cômoda, trabalhando num hospital, não esquentando a cabeça, sem correr riscos, sem stress. Mas eu estou na luta, na Casa do Parto, porque eu vejo que posso abrir o caminho para as futuras enfermeiras obstétricas. Foi muito difícil. Igualmente, foi no Amparo Maternal, a Ruth, eu, a Terezinha, a Tsuneko

e a Magali. Fomos nós que abrimos o caminho. E a briga foi muito feia e nós conseguimos. A briga foi de um ano. Acho que nós estamos conseguindo abrir caminho para que o melhor possa ser feito para a mulher. Com tudo isso, quem acaba ganhando são estas mulheres. Hoje, nós vemos a diferença do parto hospitalar e da Casa do Parto. Aqui, após a alta, as mulheres voltam para nos mostrar o bebê. Esta é a maior satisfação. A emoção aqui é bem maior do que no hospital. No hospital, é tão corrido que você acaba de fazer o parto, volta ao puerpério e nem se lembra que fez o parto daquela mulher. Aqui você lembra de cada parto que fez, as mulheres voltam, mostram o bebê. Isto é bem gratificante. Os pais são participativos, choram. Quando não é o pai, é a mãe, a sogra. [Maria Nakashima].

Foi bastante fácil [arrumar emprego]. (...) Pra mim, nunca foi difícil. Eu trabalhei em vários hospitais. (...) Com os médicos, nunca tive problema. Nós tínhamos um respeito muito grande. Eles respeitavam muito a gente, a nossa profissão. Mesmo no Zona Sul, eu era recém-formada, e no primeiro dia fiz doze partos e fiquei mais perdida em papéis que em outra coisa. Mas, fui muito bem. Eu acho que eles aceitavam muito, davam muito valor ao trabalho da gente. E eu tenho hoje, por exemplo, a minha ginecologista, ela fala: você foi minha professora. Quer dizer, eles eram acadêmicos. Nós ensinávamos os médicos a fazer o parto. (...) Nós fazíamos mais parto normal, e os médicos também eram mais a favor do parto normal. De repente, começou assim, parto cesárea, tipo convênio, médico particular, e eles, eu acho, forçavam muito para parto cesárea. (...) Foi um dos motivos pelos quais eu saí do hospital, era só cesárea, cesárea. Depois, fiquei trabalhando com equipes médicas durante quinze anos e voltei pro Amparo. Frequentava muito o Hospital São Luís, Santa Joana, o Einstein, o Nove de Julho, que ainda tinha naquela época maternidade, o Santa Catarina, o Panamericano. Vários hospitais onde eu participava, muitos eram assim, noventa e nove por cento dos partos eram cesárea. E a gente não via mais parto normal. Nesse intervalo, eu também fiz a parte de acupuntura, massagem terapêutica, e de repente deu um clique. Quis voltar a trabalhar como obstetiz, parteira, partejar mesmo. E foi quando eu fiquei conhecendo uma amiga da Ruth e ela me indicou, e eu comecei a trabalhar no Amparo, há três anos atrás. Eu acho que obstetiz não tem mais, porque a nossa turma foi a última que se formou, em 72. Parece que parou de ter obstetizes, não tem enfermeiras. Então, parou no tempo e agora parece que estão dando ênfase à formação de enfermeiras obstétricas. (...) E eu acho que em nenhuma profissão a gente tem esse momento assim muito gostoso de ver um bebê nascendo, a felicidade de uma mãe, e você falar: fiz a minha parte, e valeu a pena; nem que você tenha ficado vinte e quatro horas, doze horas, seja lá quanto for, e ver a felicidade, e ver que você conseguiu fazer o seu melhor ali. Acho que essa felicidade é uma coisa que eu acho que é muito raro o profissional sentir como a gente consegue sentir. Eu acho que a nossa profissão tem muito futuro. Eu acho que a gente precisa se aprimorar mais. Eu mesma gostaria de estar conhecendo outros lugares, outros trabalhos. A gente está se aprimorando, todo dia a gente está aprendendo. E a profissão, eu acho que tende a crescer. [Mieko].

A gente saía da faculdade com o emprego arrumado já, e ainda escolhia. Eu trabalhei na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, Hospital Santa Catarina. Eu era assistente do meu marido e atualmente estou no Hospital Maternidade Interlagos. Na Santa Casa, eu estava diretamente ligada com a paciente, eu fazia os partos. No Hospital Santa Catarina, eu fiquei com a parte de chefia da maternidade. Eu acho que o pessoal da obstetrícia saía com muito mais tarimba, muito mais experiência, em relação ao parto, porque tem hoje em dia muitas escolas de enfermagem com pós-graduação, ou especialização, qualquer coisa assim, que sai com vinte partos eu acho isso uma quantidade irrisória. Eu acho que deveria ser visto o futuro da profissão com mais carinho, mais atenção, com mais entrosamento da obstetriz com o corpo clínico do hospital. (...) Eu acho que a obstetriz devia voltar a ter seu campo, a ter sua posição, cuidar dos partos normais, que realmente eu acho que seria bem melhor do que ficar essa concorrência entre obstetriz e médico. [Raquel].

O meu primeiro emprego foi no Hospital Santa Cruz. Eu gostei muito. Trabalhei durante um ano, mas sai porque fechou, por causa da guerra de 41. Depois, fui trabalhar na Pro Matre; trabalhei dois anos e gostei muito, depois entrei na Maternidade de São Paulo, (...) Trabalhei dois anos na geral, aí mandaram para a particular, fui trabalhar na Baronesa de Limeira; aí, trabalhava com particular. A paciente dava à luz no quarto mesmo, não ia para a sala, só caso cirúrgico. Depois que eu saí da Maternidade São Paulo, eu fui trabalhar na Matarazzo, mas me puseram no berçário. Eu nunca gostei dos gritos das crianças do berçário e eu fiquei quatro dias e pedi minhas contas. Depois, fui trabalhar no Santa Helena. Aí, eu adorei, fazia partos, era um lugar muito bom, gostei demais, fiquei seis anos no Hospital Santa Helena. Saí de lá por causa do horário. Tinha minha casa, não podia ficar doze horas. Fui para Clínica Infantil do Ipiranga, que era oito horas, entrava de manhã às seis horas e saía às duas. Eu fiquei seis anos na Clínica Infantil do Ipiranga. A gente dava a mãozinha para as estudantes, inclusive ensinava a fazer os partos, sutura. Também foi muito bom gostoso. Aí que veio esse negócio de Serviço Obstétrico Domiciliar. Aí, que fui ser funcionária pública, em 1962. Trabalhei oito anos no Serviço Obstétrico Domiciliar. Bom, o SOD era muito bom, mas também era muita responsabilidade. Eu fiquei no Posto Ipiranga. O posto funcionava assim: tinha assistente social, médica, atendente, as parteiras. Eram seis parteiras, elas trabalhavam vinte e quatro horas, um plantão de vinte e quatro horas e um de nove horas. A atendente e a médica ficavam no posto, as pacientes vinham e faziam o pré-natal. Aí, tinha assistente social que, orientava como cuidar da roupa, como esperar a criança, tudo direitinho. Quando a parteira chegasse na casa, estava tudo bonitinho. Em 1969, terminou o Serviço Obstétrico Domiciliar, porque o Estado achava que gastava muito dinheiro para manter e nós fomos remanejadas para posto de saúde. Aí, fazia pré-natal de manhã e à tarde fazia orientações das mães das crianças. Os médicos começaram a fazer parto no hospital; então as parteiras e enfermeiras obstétricas ficavam de lado, só acompanhavam e chamavam na hora. É o pior, não é? O que eu posso dizer futuro? Eu acho que vai aumentar o número [de enfermeiras obstétricas]. Espero que não acabe. [Seiko].

Facílmo! [arrumar emprego] O diretor da escola era o doutor Joaquim Onofre de Araújo. Eu fui boa aluna, então falava assim: “você tem jeito para trabalhar na Pro Matre”. E eu fui convidada assim que saí da escola, para ir à Pro Matre. Eu era muito idealista. No hospital, na Pro Matre e nos outros, você fazia admissão, acompanhava o trabalho de parto; chegava perto do expulsivo, você levava para sala, dava assistência, laqueava o cordão, aspirava o nenê em cima da mesa onde estava o instrumental, fazia um cantinho, aspirava fazia tudo o que tinha que fazer lá mesmo. Depois, é que vinha uma atendente, na época, que enrolava o bebê e levava para o berçário. E a gente fazia o parto, dequitava, fazia a sutura, quando necessário. Isso em outros hospitais. Quando eu fui para Pro Matre, raramente o parto era feito pela parteira, pela obstetiz de plantão, porque, o parto saiu das mãos da obstetiz, que foi formada, trabalhada para dar assistência ao parto. Mas, era um filé mignon de dinheiro. A obstetiz é assalariada, ela ganha X por mês, ela não ganha por produção. E para ele [médico], era cliente particular. Então, era uma nota preta. E então, você ficou assim, descaracterizada, você ficou uma auxiliar de luxo. Você admitia, ligava e dizia: “doutor, internei sua paciente, secundigesta, cinco centímetros, colo fino, contrações regulares”, pá, pá, pá... toda aquela lenga-lenga que você já sabe. Ele dizia assim: “eu ainda tenho três clientes no consultório, não faça nem enteroclistma, nada, só faz tricotomia e me aguarda, eu te dou outra coordenada daqui a pouco”. Então, você segurava as pontas aqui para mulher não dar à luz logo, para o doutor terminar consultório. Você era uma malabarista! Ai de você, se uma paciente desse à luz sem o médico! Você tirava o dinheiro dele. Você não ia ganhar nada, e ele ia deixar de ganhar! Era muito difícil de trabalhar! Você tinha que calcular; ainda bem que não tinha tanto trânsito. Agora, acho que nem dá para calcular. E a gente tinha um tratamento com o médico muito... vamos dizer assim, muito cuidadoso. O médico era muito valorizado, você tratava ele com toda deferência, todo respeito. Na Pro Matre, a gente abria a porta para médico entrar no elevador. É, a gente abria e dizia: oh, Doutor, por favor! Era desse jeito [risos]. Agora eu vejo que as coisas mudaram tanto. Imagine, enfermeira com os cabelos soltos, caídos no ombro, nunca! Eu tenho saudades. Eu vejo, em alguns hospitais o pessoal perdeu um pouco a linha. As coisas mudaram, mas alguma coisa devia ser preservada. Era um jeito mais elegante de você se posicionar de você entrar nos quartos, você tinha um outro jeito de abordar. Eu acho que falta um pouco daquele aprendizado que a gente teve. Eu sempre agradeço a Deus de ter tido o privilégio de trabalhar com médicos muito bons. (...) O tempo da Pro Matre teve suas particularidades, de você não fazer parto, de você ficar como babá de médico, mas também teve oportunidade de conviver com gente que estava na vanguarda, muitos conhecimentos, gente boa. O professor Neme falava para filho dele, que estava como assistente dele: “Eduardo, quando uma parteira ligar para você e disser: ‘está com seis centímetros, colo fino’, não duvide do diagnóstico de uma parteira. Porque elas tocam muito mais do que a gente”. Então, na Pro Matre, pelo menos, a gente era muito prestigiada. Porque era a nata, o must, para trabalhar lá. E, para mim essa profissão foi muito valiosa, porque em alguns percalços da vida, ela me serviu como satisfação pessoal e para o sustento, também, da minha casa, graças a Deus. [Yara].

Síntese Final

Do Orgulho à Resignação

Como síntese dos temas “A Formação Profissional” e “A Trajetória Profissional” vale reafirmar que o conteúdo dos depoimentos foi analisado, considerando a escolha da profissão, a profissionalização, a inserção e a permanência no mundo do trabalho. Esses elementos integram, modelam, definem a identidade profissional e são elementos dinâmicos, como a própria identidade (Ronzani; Ribeiro, 2003).

No período abarcado pela HO das participantes deste estudo, ou seja, da década de 1940 ao início dos anos 2000, as transformações ocorridas na condição social da mulher e nos costumes foram profundas e marcantes. As mulheres foram, progressivamente, conquistando direitos e ocupando espaços na vida privada e pública.

O contexto em que se deu a formação profissional das obstetras entrevistadas foi a Escola de Obstetrícia da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), que teve variadas denominações, desde sua criação, em 1912⁶.

A análise documental da Escola, bem como o relato das entrevistadas, mostra que as exigências para ingresso no curso foram sendo ampliadas, até que o curso tornou-se de nível superior. A maior escolaridade prévia exigida das candidatas, especialmente, a partir da década de 1960, tem correspondência com progressiva escolarização das mulheres; foi semelhante para outras profissões consideradas femininas, como a enfermagem e o magistério.

Ao se referirem à opção profissional, várias obstetras referem a influência de outras pessoas e destacam o caráter vocacional da escolha. Mesmo aquelas que não tinham tal convicção antes de ingressar no curso, valorizaram este aspecto, como forma de se manterem no curso e na profissão. Inicialmente, o apoio recebido da família teve um impacto mais intenso que a expectativa de reconhecimento social externo.

O prestígio atribuído à escola apareceu muito vinculado ao seu corpo docente, ao Hospital das Clínicas e à FMUSP. O saber reproduzido no curso era hegemonicamente masculino e médico, realizado por professores influentes na obstetrícia da época, e a formação recebida ao longo do curso exerceu um peso muito importante no perfil das egressas.

⁶ Escola de Partejas de São Paulo (1912-1930), Escola de Obstetrícia e Enfermagem Especializada de São Paulo (1931-1936), Escola de Obstetrícia e Enfermagem Obstétrica de São Paulo (1937-1939), Curso de Enfermagem Obstétrica anexo à Clínica Obstétrica e Puericultura Neo-Natal da FMUSP (1939-1952), Escola de Obstetras anexa à Clínica Obstétrica e Puericultura Neo-Natal da FMUSP – Curso de Enfermagem Obstétrica (1953-1961), Escola de Obstetrícia anexa ao Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina da USP – Curso de Obstetrícia (1962-1970) (Riesco *et al.*, 2011).

As características do curso indicam rigidez pedagógica, rigor disciplinar, carga didática volumosa, valorização do ensino prático e dedicação docente. As obstetrices reiteram, ao longo dos depoimentos, que a formação técnica recebida era extremamente apurada e que a supervisão feita pelas monitoras era constante e fundamental. As relações entre alunas, professores e profissionais dos campos de estágio refletem a hierarquia estabelecida nos serviços de saúde.

Um aspecto doutrinário bastante significativo dizia respeito aos valores morais e religiosos relativos à maternidade e à sexualidade. Nesse sentido, o combate às parteiras “curiosas” ou “leigas” e às práticas do aborto e da contracepção figuravam como componentes importantes na formação.

A identificação unânime das entrevistadas com o título recebido, ao final do curso, reforça a importância da profissionalização na constituição da identidade profissional. Embora, do ponto de vista legal, consoante a Lei do Exercício Profissional e o Conselho Regional de Enfermagem, as obstetrices sejam consideradas enfermeiras, todas mostraram a preferência pela denominação de origem. Sem revelar constrangimento ou revolta, as falas apresentadas no tema “**A Formação Profissional**” traduzem um sentimento de resistência, perante a extinção do curso e da profissão.

O conteúdo que compõe o tema “**A Trajetória Profissional**” revela que o exercício das obstetrices esteve direcionado para a assistência à mulher durante o parto. A diversidade na atuação ocorreu em postos de saúde e no ensino.

O principal local de atuação foram os hospitais e maternidades privados ou filantrópicos, embora a maioria tenha também atuado, de forma contínua ou pontual, em instituições de saúde da rede pública. Aí, o destaque foi o SOD, na década de 1960. Duas das três obstetrices que participaram desse serviço, continuaram como servidoras públicas até a aposentadoria, conciliando o trabalho no posto de saúde com plantões hospitalares em instituições privadas.

O relato das entrevistadas quanto à empregabilidade imediata após a conclusão do curso, indicam que a demanda por obstetrices na cidade de São Paulo era notável, até o início da década de 1970.

Durante seu período de funcionamento, a Escola de Obstetrícia cumpriu o papel de suprir uma parcela do mercado de trabalho com profissionais qualificadas. A análise das atas da escola e dos depoimentos das obstetrices permite inferir que o projeto original de criação da escola estava “afinado” com o projeto mais amplo da elite médica e social. Foram os médicos da direção e do corpo docente da escola que criaram, em 1936, uma das principais maternidades privadas da cidade: a Pro Matre Paulista. Naquela época, São Paulo dispunha de leitos obstétricos apenas na Maternidade de São Paulo e, isoladamente, em alguns hospitais (Mott, 2002).

Aos poucos, os partos domiciliares foram sendo transferidos para os hospitais. Com a ampliação de leitos obstétricos e a criação do SOD, as parteiras diplo-

madras, enfermeiras obstétricas e obstetrizes foram, paulatinamente, substituindo as parteiras leigas, que ficaram cada vez mais confinadas à periferia da cidade, atendendo mulheres pobres, que não tinham acesso aos hospitais.

Posteriormente, a partir da década de 1970, foram as obstetrizes e enfermeiras obstétricas que sofreram o mesmo processo de exclusão da assistência ao parto, sendo substituídas por médicos. Esse processo foi concomitante ao crescente uso de intervenções no parto e número de cesarianas.

A partir dos anos de 1960, as mudanças ocorridas no sistema de saúde produziram impacto na produção de serviços de saúde. Com a implantação do Instituto Nacional de Previdência Social-INPS (posteriormente transformado em Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social-INAMPS), a cobertura hospitalar foi ampliada a todos os trabalhadores contribuintes e seus dependentes. Os recursos destinados à assistência obstétrica, mediante um novo sistema de remuneração por procedimentos médicos, transformaram-se num importante quinhão de ganhos para empresários da saúde e médicos obstetras, cada vez mais numerosos no concorrido mercado de trabalho.

O relato das entrevistadas revela que as mudanças ocorridas na trajetória profissional foram influenciadas por esse contexto mais amplo. As obstetrizes relatam a redução progressiva da autonomia na assistência ao parto. O espaço ocupado no controle do trabalho de parto e na realização do parto normal foi sendo limitado, com mudanças significativas no tipo de clientela atendida e na demanda da população. A partir da década de 1980, a medicalização da assistência ao parto e a redução do número de obstetrizes e enfermeiras obstétricas tornaram-se ainda mais agudos.

Apesar da sólida formação técnica, o discurso das obstetrizes indica uma fragilidade política perante a hegemonia do poder médico. Embora alguns depoimentos revelem uma visão crítica diante da situação de submissão da categoria, predomina um discurso ingênuo e resignado ante o destino da profissão.

Podemos considerar que a vulnerabilidade das obstetrizes foi agravada pela dependência do saber médico e ausência de um projeto político para a categoria, com alianças mais equilibradas com as enfermeiras. Ao contrário, o que prevaleceu entre estes dois grupos profissionais foram disputas e ataques mútuos (Jorge, 1975; Osava *et al.*, 2006).

Apesar de desvantagens apontadas pelas obstetrizes, com a integração do curso à EEUSP, esta mudança foi, em última instância, a responsável pela preservação desse grupo profissional. Embora o título de obstetriz não tenha sido outorgado pela EEUSP após a década de 1970, esta escola manteve o compromisso de formar enfermeiras obstétricas. Ainda mais importante, foi a incorporação pelas enfermeiras de um saber prático de domínio das obstetrizes. Como resultado, pode-se considerar que vem sendo construído um “saber próprio”, compartilha-

do por profissionais egressas das escolas de enfermagem e por obstetrices formadas por “via direta”. A EEUSP, não apenas assumiu e cumpriu o compromisso de manter a formação na área específica, como vêm contribuindo para a produção de conhecimento na área.

Um aspecto muito importante na trajetória profissional que as obstetrices descreveram, em seus depoimentos, refere-se ao sentimento de satisfação profissional. Mesmo quando se referem a condições de trabalho adversas – jornada, salário, perda da autonomia – expressam o reconhecimento recebido em diferentes momentos dessa trajetória. Esse reconhecimento vem, principalmente, das mulheres atendidas e de uma parcela dos médicos com quem atuaram.

Quando especulam sobre o futuro da profissão, misturam saudosismo e espírito crítico. Reconhecem avanços e recuos na profissão e no modelo de assistência ao parto.

Os discursos revelam um encantamento com a profissão, que sobrevive ao sentimento de resignação pela “quase extinção” das obstetrices, em São Paulo. É como se o sentimento de orgulho, latente em cada uma, reacendesse o brio que as acompanhou e acompanha, desde o dia em que decidiram que seriam parteiras, obstetrices, enfermeiras obstétricas.

Esta é a mensagem que prevalece na análise dos depoimentos das entrevistadas. Que a voz destas mulheres valentes e doces, que ajudaram tantas outras mulheres a terem seus filhos paulistanos, ecoe entre as futuras colegas, as obstetrices egressas da nova escola da USP, o atual Curso de Obstetrícia da EACH.

Referências Bibliográficas

- Jorge DR. *Evolução da legislação federal do ensino e do exercício profissional da obstetriz (parteira) no Brasil* [Tese]. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1975.
- Meihy JCSB. *Manual de história oral*. 5ª ed. São Paulo: Loyola; 2005.
- Mott ML. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital. *Proj História*. 2002, n(25): 197-219.
- Osava RH; Riesco MLG; Tsunehiro MA. Parteiras-enfermeiras e enfermeiras-parteiras: a interface de profissões afins, porém distintas. *Rev. Bras. Enferm*. 2006, v(59)n(5): 699-702.
- Riesco MLG. *Do orgulho à resignação: educação e atuação profissional de obstetrices formadas pela Universidade de São Paulo* [Tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 2008.

Riesco MLG; Tsunechiro MA; Leister N. Escola de Obstetrícia da Universidade de São Paulo: a história contada no livro de atas (1912-1970). *Texto Contexto Enferm.* 2011, n(20): 164-71.

Ronzani TM; Ribeiro MS. Identidade e formação profissional dos médicos. *Rev. Bras. Educ. Med.* 2003, v(27)n(3): 229-36.

VonSimson ORM. Roteiro didático: *Laboratório de História Oral (LAHO)*. [homepage na Internet]. Campinas (SP). [acesso 2007 Ago 15]. Disponível em: <http://www.centrodememoria.unicamp.br/laho/roteiro/html>

Tornquist CS. Parteiras populares: entre o folclore e a escuta. *Gênero.* 2005, n(6): 61-80.

Data de Recebimento: 19/12/2011

Data de aprovação: 18/04/2012

Conflito de Interesse: Nenhum declarado

Fonte de Fomento: Petrobrás/PRONAC-MinC, por meio do concurso “Memória do Trabalho no Brasil”.